

“Urge credibilizar a política e os seus agentes”

REFLECTIR SOBRE A CRISE foi pretexto para a Universidade do Minho juntar, ontem à tarde, vários peritos. Iniciativa foi aproveitada também para apresentar relatório coordenado por Carvalho da Silva.

UMINHO

| Patrícia Sousa |

“É tempo de agir e é tempo de pensar a política e os políticos”. O apelo deixado por Laborinho Lúcio, que falava ontem na reitoria da Universidade do Minho (UMinho), vai ao encontro da “urgência de credibilizar a política e os seus agentes, porque falta confiança nos outros, nas instituições e no Estado”.

O juiz conselheiro jubilado do Supremo Tribunal de Justiça e presidente do Conselho Geral da UMinho, que abordou o Estado de Direito na sessão de abertura de apresentação do relatório ‘A anatomia da crise: identificar os problemas para construir as alternativas’, defendeu que “é preciso “convocar” a sociedade civil para este combate. Recusando “uma leitura pessimista”, Laborinho Lúcio apelou “à cidadania activa, empenhada e com responsabilidade”. Surge aqui a “ética da responsabilidade de todos”, sendo “preciso tempo para uma mediação eficaz e justa”.

Perante a situação actual, acrescentou aquele responsável, “não se pode abdicar do reconhecimento e respeito enquanto



Peritos juntaram-se, ontem à tarde, na reitoria da UMinho, para reflectir sobre a crise

ser humano”, tal como “não se pode pensar que o debate está ideologicamente comprometido”, devendo-se, por isso, “recusar a ideia de inevitabilidade”. Para isso, “é preciso reconhecer a realidade, afastando o ruído, e tratar o desenvolvimento e a coesão social, colocando as pessoas no centro”.

Nas palavras de Laborinho Lú-

cio é preciso “um projecto político prioritário que lute contra a exclusão, uma luta cívica e política que não receie colocar em diálogo a globalização e os direitos humanos”. E para este reforço da afirmação do Estado de direito democrático e social, “talvez seja preciso olhar para cima para as elites políticas e talvez comunicação social vá em

direcção errada”.

A apresentação do relatório, que serviu de mote para a UMinho juntar vários peritos para reflectir sobre a crise, contou com a presença do coordenador do Observatório sobre Crises e Alternativas, responsável pelo documento. Manuel Carvalho da Silva, ex-líder da CGTP, aproveitou a oportunidade para falar

realizado em dois anos. “O observatório surge com parcerias na forma de doadores com o objectivo de pensar de forma diferente e desenvolvendo trabalhos”, justificou o coordenador daquele observatório, referindo que as análises têm que ser efectuadas “às crises e bloqueios múltiplos”. O relatório debruça-se, informou Manuel Carvalho da Silva, sobre a realidade nacional no contexto europeu, tendo um capítulo dedicado ao Estado Social, outro ao Estado de Direito e um outro ainda voltado para o trabalho. “Houve grandes mudanças e alterações profundas nas relações do trabalho”, assegurou.

Este encontro de peritos permitiu, entretanto, nas palavras do director do Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos, Pedro Bacelar de Vasconcelos, “cruzar olhares”, acreditando que esta reflexão se tratasse de “uma experiência fecunda”.

As recentes alterações da legislação laboral resultaram na “desconsideração da pessoa do trabalhador”, promovendo, a sua identificação com o escravo. A conclusão é do relatório ‘A anatomia da crise: identificar os problemas para construir as alternativas’, da responsabilidade do Observatório Crises e Alternativas, coordenado por Manuel Carvalho da Silva, ex-líder da CGTP.